

ARIPUANÃ

No começo de janeiro de 1995, iniciou-se oficialmente a demarcação da Área Indígena ARARA do Rio Branco, município de Aripuanã. Este fato desencadeou uma verdadeira guerra contra o Pe. Mário, agentes da Pastoral Indigenista e também o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O advogado e fazendeiro Luís Almeida e os políticos de Aripuanã criaram um verdadeiro clima de violência para impedir a demarcação da Área Indígena. Luís Almeida diz que sua propriedade estaria sendo parcialmente atingida e a demarcação interditaria a construção da **Rodovia 174** que iria ligar Aripuanã ao Estado do Amazonas. Segundo eles, a estrada traria "progresso" à região. A Rodovia 174 ao ser construída cortaria a reserva indígena.

TENSÃO

Bispo é ameaçado por apoiar índios em Aripuanã

Da Redação

Um grupo de políticos e madeireiros está impedindo a demarcação de terras e levando a população a se revoltar contra índios da reserva Arara do Rio Branco e membros da igreja em Aripuanã, a cerca de 1.200 quilômetros ao Norte do Estado. A denúncia foi feita pelo bispo daquela diocese, Antônio Possamai, que está sendo ameaçado. A situação é de violência e o bispo veio a Cuiabá solicitar uma atitude urgente por parte da Justiça, para garantir a execução da demarcação.

já legalizada por portaria do Ministério da Justiça, que reconheceu a posse total da terra. Cerca de 40% da terra estão sendo utilizados ilegalmente pelos madeireiros que querem continuar no local.

O conflito já dura mais de 20 dias, segundo o bispo Possamai, que afirma que um grupo liderado pelo advogado Luís Almeida e pelo presidente da Câmara daquela cidade, Altamiro Girard, está impedindo o cumprimento da lei e dizendo que devem deixar a cidade. A desculpa utilizada por eles, segundo o bispo, é que a cidade vai tornar-se

aldeia de índio. Com este argumento, estão cometendo crime previsto no Código Penal Brasileiro e deixando a cidade em clima de violência.

Em Cuiabá, Possamai conversou com o secretário de Justiça, Hermes de Abreu, e com o chefe da Casa Civil, Antero Paes de Barros. Garantem eles que a demarcação vai prosseguir até o fim. A Polícia Federal irá atuar para garantir a execução. Para dar segurança a todo o município será designado um delegado.

“É constrangedor, tem que se evitar o confronto, há necessidade

do Estado, pois a lei que vigora lá é a pistolagem”, alerta a deputada Serys Slhassarenko, que acompanhou toda a negociação com o poder Judiciário. Ela atribui toda essa questão ao fato de a Justiça não ter trabalhado dentro do prazo de cinco anos estabelecido pela Constituição de 88 para demarcação de terras indígenas.

O deputado federal Gilney Viana teme que a confusão seja tática para eliminar pessoas. “Madeireiros estão na área querendo manipular o povo, o povo contra povo para fazer as execuções necessárias”, pensa ele.